

# VULNERABILIDADE SOCIAL: AMBIGUIDADES EM SANTA IFIGÊNIA-SP <sup>1</sup>

**SOCIAL VULNERABILITY: AMBIGUITIES IN SANTA IFIGÊNIA - SP**

**VULNERABILIDAD SOCIAL: AMBIGÜEDADES EN SANTA IFIGÊNIA - SP**

Andressa Leonor de Miranda<sup>2</sup>

Jane Victal<sup>3</sup>

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2023v30n44p113-129

## Resumo

O artigo trata sobre o ambíguo discurso acerca da vulnerabilidade social presente na região da Luz, no bairro de Santa Ifigênia em São Paulo. Estudos por parte da prefeitura caracterizam a região como de baixa vulnerabilidade social, porém, nota-se outro cenário. O estudo propõe o questionamento sobre a vulnerabilidade social expressa na prática do habitar ao olhar tanto os encortiçados, quanto os moradores em situação de rua integrantes do território efêmero denominado por Cracolândia que estão presentes na área.

**Palavras-chave:** narrativas urbanas; segregação socioespacial; vulnerabilidade urbana; São Paulo.

## Abstract

The article deals with the ambiguous discourse about the social vulnerability present in the Luz region, in the Santa Ifigênia neighborhood in São Paulo. Studies by the city hall characterize the region as having low social vulnerability, however, there is another scenario. The study proposes questioning the social vulnerability expressed in the practice of dwelling when looking at both the tenements and the homeless people who part of the ephemeral territory are called Cracolândia that is present in the area.

**Keywords:** urban narratives; socio-spatial segregation; urban vulnerability; São Paulo.

## Resumen

El artículo trata sobre el discurso ambiguo sobre la vulnerabilidad social presente en la región de Luz, en el barrio de Santa Ifigênia en São Paulo. Los estudios del ayuntamiento caracterizan a la región como de baja vulnerabilidad social, sin embargo, se advierte otro escenario. El estudio propone el cuestionamiento de la vulnerabilidad social expresada en la práctica de habitar al mirar tanto a los conventillos como a las personas sin hogar que forman parte del territorio efímero denominado Cracolândia que están presentes en el área.

**Palabras clave:** narrativas urbanas; segregación socio-espacial; vulnerabilidad urbana; São Paulo.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da dissertação que toma como base a pesquisa desenvolvida no mestrado de Andressa Leonor de Miranda, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), sob orientação da Dra. Jane Victal.

<sup>2</sup> Arquiteta e Urbanista pela PUC Minas, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela PUC Campinas..

<sup>3</sup> Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ PUC-Campinas) É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1982), mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1999), Pós-Doutorado na Kings College London (2016).

## INTRODUÇÃO

O urbanista Bernardo Secchi recorre ao termo palimpsesto para se referir ao depósito de signos deixados conscientemente sobre a superfície terrestre, ressaltando a importância não só de pontos técnicos do urbanismo, como de ideias e imaginários dos atores que, até mesmo conflitanto entre si, “construíram as interpretações da cidade e da sociedade para as quais aqueles projetos e aquelas políticas foram construídas”. (SECCHI, 2012, p. 10).

Este processo contínuo, cumulativo e perpétuo apresenta-se sob aspecto simbólico singular perante as experiências cotidianas dos indivíduos de determinado lugar. Portanto, o potencial fenomenológico da arquitetura, evidenciado por Nesbitt acerca da obra teórica de Norberg-Schulz, é “a capacidade de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos”, traduzindo o conceito de habitar em “estar em paz num lugar protegido” (NESBITT, 2010, p. 443). Heidegger definirá por “habitar”: o modo de ser enquanto ser na terra.

Neste sentido, estar em paz e se sentir protegido implica na condição social humana de ser cidadão, enraizar, pertencer, identificar, afetar e ser afetado pelo que o cerca em sua urbanidade. Norberg-Schulz (1981) esclarece que o “mundo-da-vida cotidiana” abarca questões intangíveis além dos fenômenos concretos, conformando a “qualidade ambiental”, entendida pelos gregos como *genius loci* ou atmosfera própria do lugar. Portanto, uma visão puramente científica, abstrai as características qualitativas do lugar.

O teórico entende que os lugares são “interiores”, no sentido de “reunir” aquilo que é conhecido. Deste modo, defende a análise do “espaço vivido” como sendo o resultado da junção do “espaço” – modo em que o lugar é conformado – e seu “caráter” – atmosfera peculiar que o abrange pela reunião do que lhe é semelhante. Só se conserva o *genius loci* ao perdurar sua essência em novos contextos urbanos.

Porém, nos planos urbanísticos das últimas décadas para a centralidade paulistana, apresenta-se por meio de projetos urbanos a tentativa de supressão total do conteúdo originário do lugar, além da obliteração de aspectos simbólicos da região pela desconsideração das dinâmicas locais.

## REGIÃO DA LUZ

Estabelecida na expansão de São Paulo, além do planalto fundacional, a localidade atualmente conhecida como bairro da Luz, segundo Guimarães (1977), permaneceu pouco povoada até o século XIX, devido à dificuldade de sobrevivência e por se tratar de uma planície alagadiça de

excelentes pastagens destinadas à criação de gado. Em 1579, apresentavam-se menções à capela de Nossa Senhora da Luz, que deu nome ao bairro e ao caminho de Piratininga até essa paragem, adquirindo grande importância durante a conformação da cidade.

É provável que estes dois elementos urbanos tenham influenciado na concepção dessa região como Luz, sendo simultaneamente a rota de chegada até a igreja e porta de acesso à vila, consolidando este fato com o advento da ferrovia que se tornou uma espécie de epicentro do entendimento sobre o território. Atualmente, o espaço, de limites imprecisos, é conhecido popularmente como região da Luz engloba os bairros do Bom Retiro, Campos Elíseos, Luz e Santa Ifigênia.

## SANTA IFIGÊNIA

Segundo Jorge (1999), na região do Anhangabaú encontrava-se o mato alto dos sertões à beira do caminho para Piratininga, propício ao esconderijo de escravos escapados de seus donos. O lugar conhecido como Encruzilhada, abrigava o ribeiro *lacuba*, termo indígena interpretado como água quente, ou seja, venenosa.<sup>4</sup> Neste local, no cenário setecentista, deu-se a gênese do bairro de Santa Ifigênia com a implantação de uma capela para poucos devotos da região do Acu, nome derivado do riacho insalubre, local de culto exclusivo “da condição humilde, pobre e desamparada da cidade” (JORGE, 1999, p.62).

Ultrapassado o século de estagnação, pouca coisa se alterou no contexto sócio-urbano, o dito “progresso” chegou juntamente com a implantação da linha férrea (1867). Santa Ifigênia experimentou uma urbanização sem precedentes com o estabelecimento dos fazendeiros em palacetes nas proximidades da estação, trazendo consigo o investimento em infraestrutura urbana. O bairro, outrora constituído majoritariamente pela parcela necessitada, estratificou-se com a chegada de famílias abastadas e repúblicas de estudantes, sobrando as áreas alagadiças para os moradores humildes da região, que se tornou a mais populosa da cidade.

Assim, os tempos áureos do bairro transmutaram-se em degradação ocasionados pelo advento da ferrovia. A evasão das classes abastadas para áreas mais valorizadas e exclusivas levou consigo o investimento urbano. A partir deste momento, o bairro de caráter tido como proscrito se vinculou cada vez mais a este ideário, posto que em meados de 1800 a região já era conhecida como cisqueiro pelo descarte de resíduos junto à ponte do Acu.

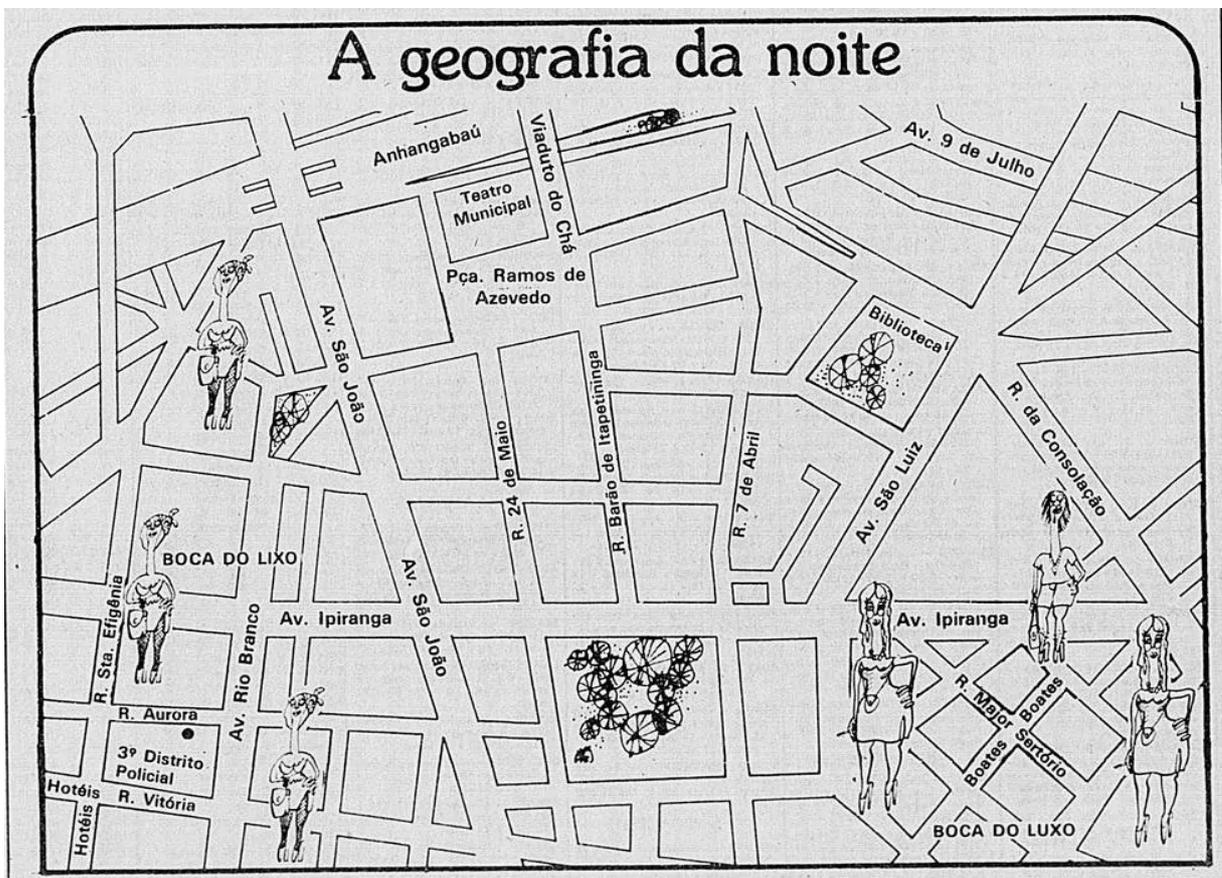
---

<sup>4</sup> Fato comprovado em 1791 no exame das águas dos mananciais existentes na Capital ordenado pelo capitão-general Bernardo José de Lorena e elaborado pelo engenheiro Bento Sanchez D’Hora.

## UM LUGAR CHAMADO BOCA DO LIXO

Em 1893, a canalização do ribeiro Anhangabaú suspendeu o descarte de resíduos em suas margens. No entanto, esse fato não desvencilhou o bairro da identidade negativa ligada à sujeira. O lixo produzido pela cidade chegava até Santa Ifigênia e era transportado por meio ferroviário até o destino, consolidando, no século seguinte, o lugar como a “Boca do Lixo”. Isso ocorreu por diversos motivos, que podem ser analisados como camadas de significado acrescidas ao longo de sua formação.

Talvez por seu caráter desvalorizado para ocupação nobre, o local tenha se tornado propício à atividade de prostituição, adquirindo outra camada de significado. Ocorrendo desde o século XIX, a atividade marcou a região como uma das zonas de prostituição da cidade, caracterizando-se pelo baixo meretrício. Tal prática se mantém até os dias atuais, sendo o Jardim da Luz o espaço de “confinamento” desse ofício. No entanto, como demonstra o material jornalístico na ilustração “A geografia da noite” (figura 01), no final da década de 1970, o Centro abrigava o meretrício que se distinguia entre baixo e alto meretrício: “Boca do Lixo” e “Boca do Luxo”.



**Figura 1:** Ilustração em material jornalístico com título de “A geografia da noite”.  
**Fonte:** Acervo Jornal da República, 1979.

Ao abordar o mundo contemporâneo e a ideologia hegemônica nociva que se estende sobre as classes populares na obra teórica "Por uma outra globalização", Milton Santos (2001) menciona a revanche dessa classe tida como "de baixo" ao se apropriar da cultura de massa globalizada para, distintamente, criar uma cultura local. Assim aconteceu no bairro de Santa Ifigênia entre as décadas de 1960 a 1980 com o cinema tido como marginal apelidado de Boca do Lixo. Segundo o documentário Boca do Lixo: a Bollywood brasileira (2011), este cinema foi responsável por mais de 80% da produção e distribuição do cinema brasileiro.

Incorporando o apelido e o ideário pejorativo em suas produções denominadas "pornoanchadas", evidenciou às narrativas que aconteciam nesse espaço, empregando mulheres do meretrício como atrizes. Inspirado no cinema italiano, os produtores usavam cenas de sexo implícito e nomes sugestivos para atrair o público, tomando-se o foco principal nos últimos anos da "Boca". O sexo explícito surgiu em fase de crise do cinema marginal. Apesar de seu fim, nota-se a perpetuação da denominação e suas marcas de reconhecimento e identidade, podendo ser facilmente encontrado em inscrições pictóricas na região, como demonstra a imagem (figura 02).



**Figura 2:** Imagem de pintura presente na Rua do Triunfo em referência ao cinema da Boca do Lixo.

**Fonte:** Acervo pessoal da autora, 2021.

## CRACOLÂNDIA

Aparentemente, já se evidenciava pelas mídias o discurso de marginalidade inerente ao lugar (figura 03). Porém, em meados da década de 1990 atingiu seu ápice com o termo Cracolândia. O assunto tornou-se recorrente nas mídias, exercendo, sem dúvida, um forte ponto de influência na área, despertando a curiosidade sobre os personagens desse território.

### **Boca do lixo**

A ocupação das ruas próximas à estação da Luz pelos dependentes de crack não ocorreu por acaso. Um dos principais motivos para a escolha da região é sua tradição de bandidagem. Conhecida como boca do lixo, desde os anos 40 a Luz abriga prostitutas, ladrões e traficantes de drogas.

Outra razão é a facilidade de se conseguir dinheiro no local, em razão da intensa circulação de pessoas. Cerca de 2 milhões transitam pelo centro diariamente. Segundo o SOS Criança, os menores faturam em torno de R\$ 60 por dia pedindo esmola, R\$ 200 colaborando com o tráfico e R\$ 250 se prostituindo.

**Figura 3:** Matéria detectada no acervo da Folha de São Paulo demonstrando uma certa “vocação” do lugar em abrigar este grupo vulnerabilizado.

**Fonte:** Folha de São Paulo, 2000.

A “Cracolândia” caracteriza-se pelo conglomerado de pessoas em situa o de vulnerabilidade social e uso de drogas. Seus integrantes nômades a denominam “Fluxo”, cuja designa o se d  por transitarem pela Luz,   medida que vão acontecendo as dinâmicas locais que excedem o seu próprio sentido de ordem, especialmente às opera oes policiais. Este fluxo de pessoas que, ora se dissipa, ora se condensa, apresenta-se como um território ef mero. Provavelmente devido a sua volubilidade e seu modo de ser, estes tornaram-se invisíveis aos indicadores de vulnerabilidade social (MIRANDA, 2023).

## HABITA OES PRECÁRIAS E VULNERABILIDADE SOCIAL

O arquiteto e urbanista Flávio Villaça (2011), teorizando sobre a cidade de São Paulo, desta que a produ o do espaço urbano se d  por meio dos atores sociais que fomentam a domina o e o conflito de classes, produzindo o que ele entende por maior problema brasileiro: a desigualdade.

Villaça (2011) institui que os “vínculos específicos” – a economia, a política e a ideologia – articulam o espaço urbano de modo a controlar certas camadas sociais. O teórico explica que o controle da classe hegemônica sobre a hegemônica se faz pelo domínio sobre o espaço – pela segregação e localização tanto do trabalho, quanto da moradia – e o tempo – pela disparidade do deslocamento entre classes, em que a camada de alta renda acaba por ser privilegiada em detrimento das demais. Devido a este cenário, modos de habitar, mesmo que insalubres como o, surgem como alternativa de habitação próxima ao Centro, provido de boa infraestrutura urbana e alta mobilidade.

Este modo de habitação está presente na cidade de São Paulo desde o final do século XIX e, mesmo deteriorado, ocupa áreas valorizadas como o Centro. Vêras (2016) explica que no cortiço pessoas de diferentes idades e de ambos os sexos dividem o mesmo cômodo, desempenhando suas atividades e serviços em acomodações reduzidas e insalubres.

No bairro de Santa Ifigênia, em 1892, foi realizado pelo Engenheiro V.Huet de Bacellar o levantamento dos cortiços presentes na região, documentados na Planta Cadastral da Cidade de São Paulo – Santa Ephigenia. Tal esforço se deu para a regularização das moradias populares frente as crescentes epidemias em consequência da insalubridade a qual os moradores eram expostos. É possível observar na cartografia antiga uma maior concentração de cortiços nas proximidades com a estação ferroviária (figura 04):

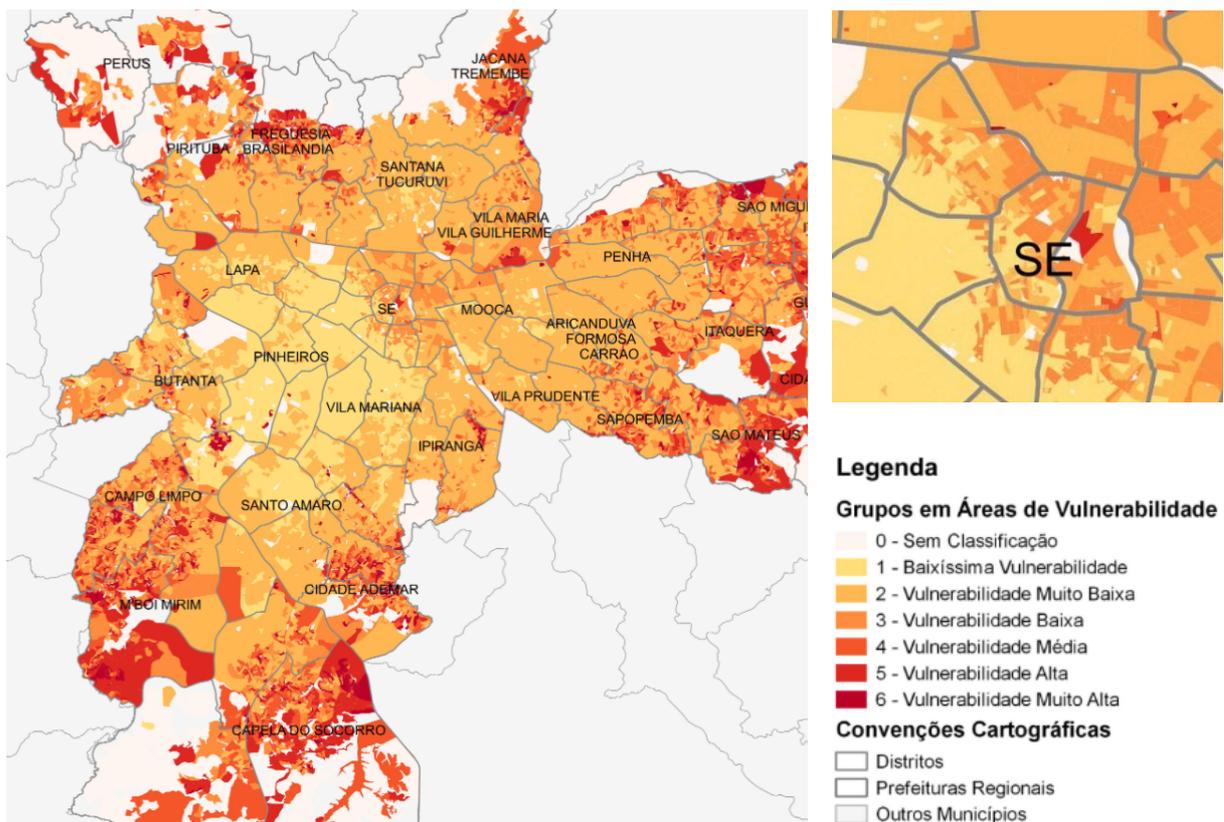


**Figura 4:** Planta Cadastral da Cidade de São Paulo - Santa Ephigenia, levantada sob a direção do Engenheiro V.Huet de Bacellar, editada pelas autoras.

**Fonte:** Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1892.

De acordo com Veras (2016), as aglomerações urbanas continuam a reeditar suas graves questões sociais, uma vez que mantém as práticas precárias de habitação e exploração da pobreza. Os estudos de Kohara (2016) revelam que os aluguéis dos cortiços da Luz são mais caros por metro quadrado em comparação com outras áreas da cidade, ampliando o percentual de rendimento em proporção a sua precariedade. Ao não se enquadrar nas exigências do mercado formal, os encortiçados acabam se submetendo a circunstâncias degradantes para morar próximo ao trabalho, equipamentos públicos, comércio, transporte e segurança.

Todavia, deve-se atentar a outra condição precária que impera na região. As pessoas em situação de rua invisibilizadas por suas dinâmicas de fluxo devem-se somar a esta parcela fragilizada. Contudo, em contraste com esses fatos, o censo de 2010, o único elaborado até os dias atuais, classifica a área como de muito baixa ou baixa vulnerabilidade social, como demonstra o mapa (figura 05):

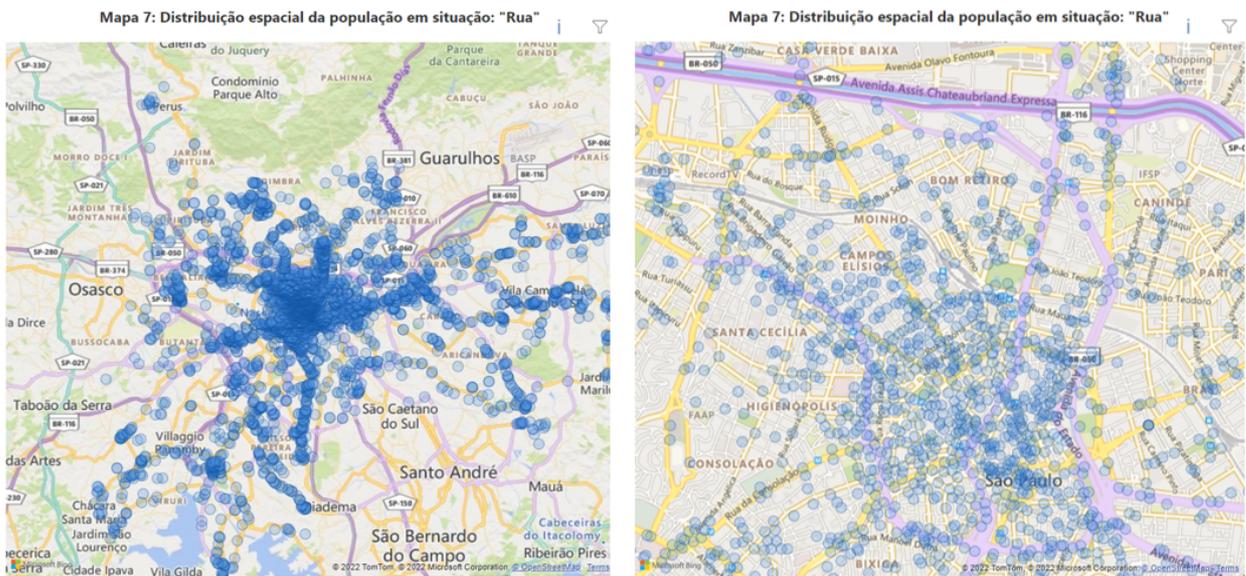


**Figura 5:** Índice de Vulnerabilidade Social no município de São Paulo.

**Fonte:** Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2010.

Tal classificação ocorre devido ao método de levantamento que leva em consideração somente as moradias regulares, excetuando a condição da moradia de rua que, de acordo com o mapa censitário sobre a população em situação de rua de 2011, estimou cerca de 14.478 pessoas viviam

nessas circunstâncias, demonstrando uma alta concentração nos distritos que englobam a região da Luz: Bom Retiro, República e Santa Cecília.<sup>5</sup>



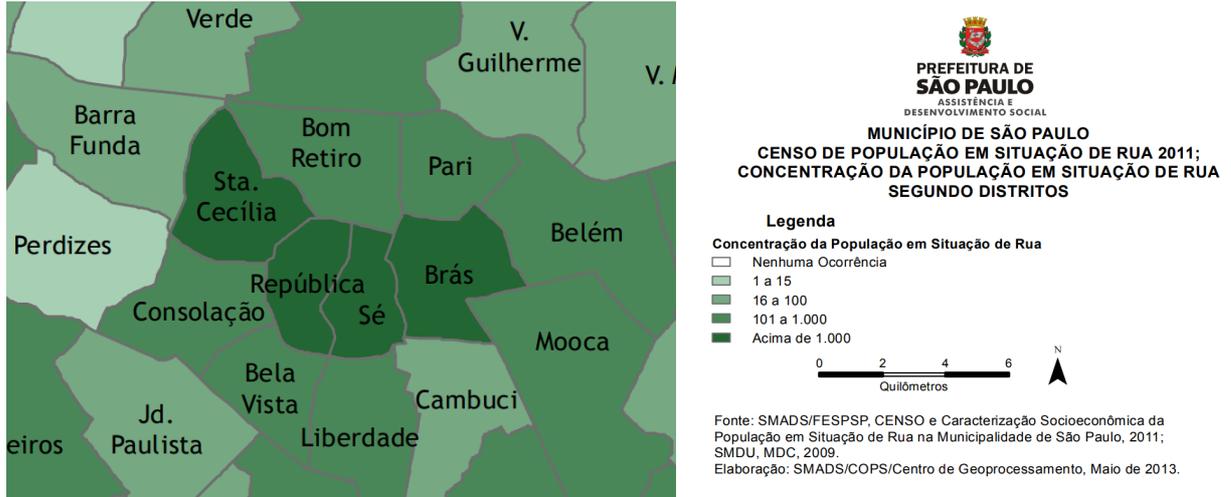
**Figura 6:** Mapa de distribuição espacial da população em situação de rua presente no Censo da população em situação de rua de São Paulo.

**Fonte:** Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2011.

Em 2019, constatou-se no mapeamento elaborado pelo censo da população em situação de rua que o Centro se comporta como um epicentro desta condição, espalhando-se em corredores para outras regiões. Estimou-se que das 24.344 pessoas caracterizadas entre acolhidas e em situação de rua, 8.247 habitavam os distritos de Bom Retiro, República e Santa Cecília (figura 06).

<sup>5</sup> Elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (2019, p.30). Disponível em:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYzM4MDJmNTAtNzhlMi00NzliLTk4MzYtY2MzN2U5ZDE1YzI3liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZiYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>>. Acesso em: 06/04/2022.



**Figura 7:** Mapa de distribuição espacial da população em situação de rua presente no Censo da população em situação de rua de São Paulo.

**Fonte:** Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2019.

É possível perceber essa disparidade nas entrelinhas dos projetos de reurbanização para a área vista como degradada. As requalificações em detrimento das classes populares, de modo hegemônico e higienista, promovem intervenções que resultem no apagamento dessas populações que historicamente encontram-se na região.

## SOB A POLÍTICA DE JÂNIO QUADROS

A partir de meados de 1960 intensifica-se o abandono da centralidade em direção aos subcentros pelos detentores do capital. Essa dinâmica de evasão, segundo Frúgoli Jr. (2000, p.61), foi o ponto de inflexão para a “degradação de seus equipamentos urbanos e declínio de seu valor imobiliário”. Não é a presença da classe popular que ocasiona a degradação, mas sim o resultado dos investimentos do setor público e privado.

Durante a década posterior já havia indícios de tentativas da retomada do Centro, que cada vez mais se popularizava. Em 1986, enquanto prefeito da cidade de São Paulo, Jânio Quadros propôs realizar um projeto de tabula rasa envolvendo os bairros do Campos Elíseos e Santa Ifigênia. A justificativa para tal ação partia do discurso de degradação da área, onde prédios antigos, avaliados em uma visão negativa, seriam demolidos pela prefeitura. O prefeito convidou Oscar Niemeyer para remodelar a região nos parâmetros higienistas. No entanto, o arquiteto não se interessou pelo projeto.

Pretendia-se que a iniciativa privada custeasse as desapropriações e demolições, predominantemente de cortiços, recebendo permissão do poder público para a construção voltada

a classe média em um coeficiente de aproveitamento acima do outorgado. Entretanto, o governo estadual, sob gestão de Franco Montoro, como contenção, abriu o processo de tombamento dos bairros a qual a reurbanização visava atingir, inviabilizando o projeto e suscitando a revolta do prefeito que ameaçou recorrer à justiça. Jânio Quadros, declarando “inacreditável” o processo aberto pelo Condephaat, criticou a ação dizendo não saber “como pardieiros e cortiços com vários andares possuam interesse histórico” em matéria jornalística veiculada pelo “O Estado de São Paulo”: “Trace os planos de reurbanização e conserve os imóveis ocupados, por prostitutas, em muitos casos, ou homossexuais, como ilhas nas avenidas que devem ser rasgadas.” E pede que os projetos de reurbanização dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí sejam apressados “antes que as margens sórdidas sejam tombadas também.” [...]

“Não sei por que – conclui – as autoridades que defendem a história não viajam até Londres, Paris ou Nova York. Que graça existiria em Oxford e Regent Street, Quinta Avenida ou no bulevar, se os pardieiros dos séculos II até o XIX permanecessem de pé?” (Prefeitura, 1986, p.50)

O discurso de Jânio Quadros demonstra a vontade de uma reurbanização higienista que tem como alvo as camadas populares. Apesar de frustrado o projeto, o desejo de retomada do Centro continuaria existir e motivar novos projetos nas décadas seguintes.

### **ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO**

Frúgoli Jr. (2000) esclarece o cenário da década de 1990 em que ocorria o êxodo de importantes instituições dos setores do capital financeiro para outras localidades, assim como a evasão de moradores da classe média que convertia o setor do comércio e do serviço presente na região por um mais popular. De acordo com Jule Barreto<sup>6</sup>, este se caracterizava por ser “[...] menos qualificado, um tipo de atividade mais predatória” com a instalação de comércios de rua e/ou clandestinos, entretanto, estes não alteravam a vitalidade do lugar.

Em vista disso, a sociedade civil se organizou apoiando determinadas ações do setor público de modo que estas fossem apropriadas visando os seus interesses. Nessas circunstâncias, em 1991, surgiu a Associação Viva o Centro – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo – que buscava vincular os donos de imóveis de regiões em processo de degradação ou já degradadas,

---

<sup>6</sup> Entrevista do então editor executivo do Informe Viva o Centro e editor especial da Urbs, concedida à Frúgoli Jr. (2000, p.70).

com os interesses mais amplos para a localidade. Essa articulação visava reverter as situações de declínio, abandono e ameaça urbana e tornar-se interlocutor entre poder público e demais instituições em prol de projetos de revalorização do Centro<sup>7</sup> (MIRANDA, 2023).

As principais motivações da organização surgiram por meio de estudos do corpo técnico que buscava estabelecer um diagnóstico das problemáticas presentes a fim de saná-las. Segundo os relatórios, a área encontrava-se deteriorada, mas possuía boa infraestrutura. A organização reverteu a divulgação midiática negativa do local. Boletins semanais eram elaborados objetivando o levantamento de novos temas da associação e requalificação.

No entanto, como comenta Frúgoli Jr. (2000), o conhecimento produzido e a ação que se promove a partir dele pode contribuir tanto para melhoria, mas em alguns casos se tornar argumento para discursos ideológicos. O posicionamento da associação sobre as classes populares era de defesa de habitações voltadas a esse público, porém como é possível ver na fala de Regina Meyer<sup>8</sup>, assessora da organização, havia uma concepção de qual morador seria o "ideal": "[...] o Centro poderá ser um bairro popular, não de pobre, mas popular".

Outra postura questionável da associação foi a proposta de remodelação da mobilidade viária para diminuir a presença da população humilde na região. A proposta visava a reorganização dos fluxos e circulação de tráfego para reduzir a permanência da classe mais pobre no Centro. Frúgoli Jr. (2000) expõe a opinião de um dos moradores entrevistado que se coloca como contrário a presença de população de passagem no Centro, como demonstra o depoimento a seguir:

O Centro não tem a população que se imagina. [...] é uma servidão de passagem para sistemas de transportes idiotas, no qual virou ponto final de todos os sistemas de ônibus. Então, aquela gente que passa no Centro [...], aquela massa popular que até é geradora de camelôs e interesses, não tem nada a ver com o Centro. O popular do Centro é o que está prejudicado por isso aí, que é o bancário, o comerciário, que é o funcionário público. Esse sim temos que respeitar [...] (Frúgoli, 2000, p.86)

Embora as atividades da Associação Viva o Centro parecessem bem intencionadas, é possível notar pelo discurso dos moradores que faziam parte da associação uma tentativa de remoção da preexistência:

O que deve acontecer no nosso Centro [...], na minha opinião, é faxina, é limpeza, depois sim, para vir algum construtor que tenha o maior interesse em construir aqui uma grande torre, um grande

---

<sup>7</sup> Caracterização da associação, conforme o seu Documento n.º1 transcrito por Frúgoli (2000, p.69).

<sup>8</sup> Entrevista concedida à Frúgoli Jr. (2000, p.85).

prédio, um grande shopping no Centro, mas como é que a gente vai trazer um convidado pra cá, se a gente tem vergonha de trazer um convidado dentro do nosso escritório? Eu tenho vergonha! (Frúgoli, 2000, p.93)

Pelas falas e propostas é notável a inclinação para uma reurbanização excludente e que engendraria o processo de gentrificação do Centro. A associação se esmoreceu com o tempo, mas o mesmo não aconteceu com o interesse de promover um urbanismo higienista na região. No entanto, uma nova proposta para a área viria ameaçar parte da população que almejava a “renovação” urbana.

### REQUALIFICAÇÃO URBANA NOVA LUZ

Entre 2005 e 2013, no perímetro de 40 quarteirões do bairro de Santa Ifigênia, emergiu a proposta da Requalificação Urbana Nova Luz que, de acordo com Corrêa (2015), era considerada a grande “redenção” para o espaço conhecido como “Cracolândia”. Após o anúncio do projeto, a área passou a ser midiaticamente veiculada como “Nova Luz”. Como se pode vislumbrar no mapa abaixo divulgado pela Prefeitura, a reurbanização atingiria quase todo o perímetro do bairro (figura 08):



**Figura 8:** Vista aérea da intervenção e proposta de implantação.

**Fonte:** Prefeitura de São Paulo, 2011.

A requalificação pretendia a demolição em massa de edificações não protegidas por lei e que não suscitavam o interesse imobiliário, além da expulsão dos moradores de baixa renda e moradores em situação de rua. Os espaços vazios ocasionados por essa dinâmica seriam ocupados por novas edificações com influências de modelos urbanísticos importados.

Uma das principais macrodiretrizes do projeto era a permanência das moradias na área do projeto de modo a evitar a vivência e a vacância noturna. O Plano Diretor Estratégico previa a existência de áreas destinadas à Habitação de Interesse Social na zona de intervenção como tentativa de barrar a

possível gentrificação em face à melhoria urbana. Ou seja, embora houvesse a elevação do custo da terra, a população que ali já residia teria condição de permanência. O projeto mencionava o financiamento e a construção de novas unidades habitacionais, no entanto, o foco era a produção de moradia para as classes média e alta:

Enquanto a promessa de valorização especulativa é justificada como a única maneira de viabilizar o projeto, já que o mercado imobiliário em São Paulo opera dessa forma, a quase certa expulsão dos atuais moradores com essa mesma valorização é escamoteada. Em nenhum momento o projeto levanta a questão de que a Zeis não tem como garantir a permanência da população de baixa renda. O projeto esconde exatamente o ponto que seria revelador de sua falta de sentido público. (Corrêa, 2015, p.60)

Contemporâneo aos estudos sobre o índice de vulnerabilidade social, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente<sup>9</sup>, estabelecendo estratégias do projeto frente a questões socioambientais, caracterizou a área como de alta vulnerabilidade (MIRANDA, 2023).

O projeto empregou conceitos referentes a mitigação de problemas socioambientais, no entanto, isso ocorreu apenas por *marketing*. Tal ação acabava por vincular a visão de cidade como a de mercadoria, difundindo um “urbanismo de espetáculo”. A importação de modelos internacionais em detrimento das particularidades locais e a utilização de equipamentos culturais de caráter excepcional, visava a transformação da região em uma nova centralidade econômica e turística, objetivando atrair o capital financeiro internacional (MIRANDA, 2023).

Mesmo sem uma aprovação definitiva do projeto de requalificação, os imóveis eram demarcados, interditados e demolidos. Tal ação acontecia ao passo que nem mesmo os moradores dos edifícios afetados por essa dinâmica sabiam de fato como ficaria a sua situação. No entanto, após os diversos impasses que contestavam a viabilidade do projeto, juntamente com o levante popular que reivindicava os seus direitos, teve-se a perda do interesse imobiliário. Fato que se deve especialmente por grande parte da área de intervenção ser destinada a habitações de interesse social, minorando a margem de lucro da reurbanização.

---

<sup>9</sup> SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Estudo de Impacto Ambiental - EIA. São Paulo, 2010. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/arquivos/nl\\_eiarima\\_vol1.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/nl_eiarima_vol1.pdf)>. Acesso em: 15. set. 2021.

## APONTAMENTOS FINAIS SOBRE O SENTIDO DE LUGAR E O URBANISMO HEGEMÔNICO E HIGIENISTA

Traçado o fio de desenvolvimento da região, constata-se em sua gênese, principalmente em Santa Ifigênia a ocupação por humildes. É possível suspeitar que, na origem de Piratininga, um local cujas águas impróprias para o consumo não se apresentaria atrativo para o assentamento das elites, tornando-se conveniente para escravos fugidos. O topônimo de uma santa de devoção exclusiva dos negros evidencia o fato.

Relatos literários de meados do século XIX indica que no bairro “[...] os seus habitantes constituíam uma população muito misturada; mas entre a qual o elemento que predominava era o elemento pobre ou ordinário” (REZENDE, 1987, p.272). Além da presença desse corpo estigmatizado, foram acrescentadas camadas de significados, fruto do ideário discriminatório que se construiu durante seu desenvolvimento.

Entretanto, o advento da ferrovia inverteu essa forma de ocupação, convertendo o acanhado assentamento em um muito mais expressivo. O bairro que passou a abrigar a elite quase foi renomeado, fato que aconteceu com a rua de Santo Elesbão que passou a se chamar rua da Aurora. Essa mudança seria em tese uma comemoração ao êxito da Guerra do Paraguai, porém a conversão de uma santa negra para o bairro da Vitória, mostra-se como a obliteração de um passado a ser esquecido. Este que ainda era presente e palpável com os encortiçados evidenciados no mapa do distrito de Santa Ifigênia (figura 04).

Posteriormente, a evasão dos que detém o capital, propiciou brechas no tecido urbano. Esses espaços residuais foram preenchidos pelas camadas desabastadas, que se consolidaram, tornando todo o Centro popular – o fundacional e a segunda expansão da cidade.

Os palacetes do bairro contam apenas parte da história que ainda se reedita na conversão destes em cortiços. Utilizar da questão patrimonial priorizando esse tempo “esplendor” implica na escolha de uma narrativa a ser expressa em detrimento de outra, ocultando a verdadeira essência do bairro.

As sucessivas tentativas de reurbanização, munidas do discurso em favor do social, continuam a reproduzir a exclusão, escolhendo uma ideia de cidade a ser exposta, seja por um novo nome ou por novos edifícios, mas sempre por uma população “ideal”, negando o que é original do lugar e o direito à cidade. Projetos de tábula rasa, modelos importados e a privação de ser-enquanto-ser no mundo não são capazes de solucionar os problemas urbanos, que continuarão a se evidenciar neste e em outros locais da cidade.

Considerando o fenômeno manifestado na Cracolândia, pode-se encontrar uma pista sobre o sentido de lugar e sua relação com a dinâmica social. Apesar do desvanecimento do território pela dispersão de seus atores, este retorna com a reunião de seus semelhantes, reconstituindo pelo fator social o sentido de lugar. Embora a supressão do fenômeno, este de tempos em tempos ressurgiu como fato demonstrando sinais de autenticidade. Do mesmo modo, pode ser entendido a essência que se tenta preterir no bairro. O sentido de lugar está nos que nele vivem e que por ele são afetados. Esses seres humanos, ao continuarem reunidos, preservam o imaginário que se tenta olvidar.

O estudo de 2010, contemporâneo ao Nova Luz, mostra-se falho ao apontar uma baixa vulnerabilidade social, visto que historiografia, cultura, mídia, dados censitários e as brechas do discurso hegemônico indicam o contrário. Mesmo com as sucessivas tentativas de “limpeza”, nota-se que a essência de fragilidade do bairro permanece, revelando que nunca houve um projeto urbano inclusivo da camada local vulnerável. O urbanismo hegemônico e higienista sem êxito dos anos de 1980 continua a perdurar na contemporaneidade, utilizando-se de discursos enviesados na produção de cidades excludentes.

## REFERÊNCIAS

BOCA do Lixo: a Bollywood brasileira. Direção: Daniel Camargo. Produção: Yasmin Miranda. Brasil: Canal Brasil, 2011. Online (128 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U-hZfcWxgXc&t=1571s>>. Acesso em: 29 set. 2021.

CORRÊA, Vanessa Fernandes. **Ideologia e urbanismo em São Paulo: o caso da região da Luz**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. Orientador: Nadia Somekh. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26129>>. Acesso em: 28 set. 2021.

FRÚGOLI JR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Edusp, 2000.

GUIMARÃES, Lais de Barros Monteiro. **Luz**. São Paulo: Novos Horizontes, 1977.

JORGE, Clóvis de Athayde. **Santa Ifigênia**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999.

KOHARA, Luiz. A exploração nos cortiços do Centro e a luta pelo direito de morar dignamente. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR., Heitor. **Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. São Paulo: 34, 2016. cap. Parte II - Moradia e vulnerabilidade, p. 141-170.

MIRANDA, Andressa Leonor de. **Sob a penumbra da Luz: a invenção de um território tido como “promíscuo”**, 2023. Orientador: Jane Victal. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 2023.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965- 1995**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify. 2015.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci: paysage, ambiance, architecture**. Sprimont: Pierre Mardaga. 1981.

PREFEITURA não aceita tombamento. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, ano 107, n. 34.070, p. 50. 26 março 1986. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19860326-34070-nac-0050-999-50-not/tela/fullscreen>>. Acesso em: 16 set. 2021.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECCHI, Bernardo. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Segregação e alteridade na metrópole: novas e velhas questões sobre cortiços em São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR., Heitor. **Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. São Paulo: 34, 2016. cap. Parte II - Moradia e vulnerabilidade, p. 111-140.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 25, n.71, p. 37-58, jan/abr. 2011.